

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RODRIGO FEITOSA DOS SANTOS

A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO:

um estudo de caso sobre a pacificação da Maré e a conquista do apoio da população no período de 05 de abril de 2014 a 30 de junho de 2015, no Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro

2019

CC RODRIGO FEITOSA DOS SANTOS

A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO:

um estudo de caso sobre a pacificação da Maré e a conquista do apoio da população no período de 05 de abril de 2014 a 30 de junho de 2015, no Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, autor da vida e minha principal fonte de inspiração e fé. Foram diversas horas e madrugadas, em meio a provas e diversos trabalhos, em que a tua clareza de alma e espírito me fizeram continuar a perseguir o meu melhor.

A minha amada esposa Caroline Mansur pela enorme perseverança e colaboração. Sem a sua paciência e resignação em entender e me apoiar, eu não teria conseguido chegar até aqui. Em você eu tive o meu porto seguro.

A minha mãe Antônia que sempre torceu por mim estando ao meu lado em todas as conquistas e desafios desde 1996, quando da minha entrada na Marinha do Brasil, deixo o meu agradecimento e admiração.

Ao meu orientador, CF (RM1) Nagashima, pela extrema paciência, dedicação e incentivo em todos os momentos, principalmente naqueles em que me faltava inspiração para escrever. Saiba que todas as suas palavras e orientações seguras foram de extrema importância para o meu crescimento profissional e pessoal. As suas palavras geraram uma mudança de paradigma na minha forma de pensar, argumentar e escrever.

RESUMO

A guerra irregular é a forma mais antiga de se combater e, desde meados do século passado, também a mais usual. Compreender sua natureza e suas peculiaridades é imprescindível para que a sociedade exija, discuta e apoie políticas governamentais de defesa, e se torne, de fato, menos vulnerável ao combate irregular. A ausência do Estado por omissão ou insuficiência gera um vácuo de poder, que permite a ascensão de novos atores predispostos a edificar poderes paralelos, assumindo responsabilidades estatais, exercendo a primazia do controle sobre a população local. O propósito desta pesquisa é analisar como se deu a conquista do apoio da população local por ocasião da Operação “São Francisco”, à luz da perspectiva do General Escoto, do Exército Brasileiro, que gerou um ambiente seguro, alavancando as condições de cidadania para toda a população que compõe o complexo da Maré. O desenho de pesquisa adotado foi o estudo de caso, visando descrever a situação no contexto da pesquisa. Por fim, a pesquisa indicou que as Forças Armadas, embora atuando em um ambiente operacional complexo e hostil, impuseram a lei e a ordem, conquistaram o apoio da população e criaram um legado na segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Guerra Irregular; Pacificação; Apoio da População; Garantia da Lei e da Ordem; Operação São Francisco.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A Op -	Área de Operações
CFN -	Corpo de Fuzileiros Navais
EFD -	Estado Final Desejado
EUA -	Estados Unidos da América
EB -	Exército Brasileiro
EFD -	Estado Final Desejado
F Pac -	Força de Pacificação
FAB -	Força Aérea Brasileira
FLIR -	<i>Forward Looking Infra-red</i> (Sistema de detecção infra-vermelho)
F Irreg -	Forças Irregulares
GptOpFuzNav -	Grupamento de Operações de Fuzileiros Navais
GLO -	Garantia da Lei e da Ordem
HUMINT -	Inteligência humana
IMINT -	Inteligência de imagens
MB -	Marinha do Brasil
O Pac -	Operação de Pacificação
SH-16 -	Aeronave Seahawk
SIGINT -	Inteligência de sinais
SARP -	Sistema de Aeronave Remotamente pilotada
UPP -	Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Área total do Estado com destaque para a localização do bairro Maré	46
Figura 2 - Bairro da Maré, com destaque para 16 comunidades.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 MARÉ: UM BREVE HISTÓRICO	10
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
4 A GUERRA IRREGULAR E O NARCOTRÁFICO NO RIO DE JANEIRO.....	17
4.1 O NARCOTRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	18
4.2 PRINCIPAIS FACÇÕES CRIMINOSAS PRESENTES NA MARÉ	20
4.2.1 Comando Vermelho.....	21
4.2.2 Terceiro Comando Puro.....	22
4.2.3 Milícias	23
5 PACIFICAÇÃO DO COMPLEXO DA MARÉ E BASE LEGAL.....	26
6 O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO.....	29
6.1 A FASE DE PLANEJAMENTO	29
6.2 CAPACITAÇÃO DAS FORÇAS.....	31
6.3 EMPREGO DE MEIOS.....	32
6.3.1 Busca de Informações	34
6.3.2 Cena de ação.....	37
6.3.3 Ações Cívico-Sociais	39
6.4 LEGADO DA OPERAÇÃO	40
7 CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Nas próximas páginas vamos iniciar a análise da Operação “São Francisco”, responsável pela pacificação do complexo da Maré, na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), após diversos ataques às Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em 2014.

A crescente onda de violência que tem ocorrido no Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, associada ao despreparo das Forças de Segurança Estaduais, decorrente de um histórico processo de desmantelamento da ordem e segurança públicas nos últimos governos, tem deixado um legado negativo para as atuais gestões. Dessa forma, apenas o choque de ordem, como o que ocorreu em 2014, resultado da presença das Forças Armadas, em atividades de GLO, tem de fato gerado frutos que permeiam uma sensação de segurança para toda a sociedade, e no caso em questão, permitiu o retorno das atividades ordinárias da Polícia Militar nas UPP da Maré.

O problema da segurança pública no Rio de Janeiro é demasiadamente complexo, pois envolve políticas públicas de segurança, investimento em tecnologias de ponta, desenvolvimento de atividades de inteligência mais apuradas, entre outros fatores, face aos problemas associados à baixa distribuição de renda e a geografia da região. Tais problemas fornecem condições similares as existentes em muitos ambientes de Guerra Irregular.

No presente trabalho consideraremos as facções narcotraficantes atuantes no Rio de Janeiro como Forças Irregulares, conforme será explicitado no capítulo três. Tais forças, fazendo uso das comunidades carentes, e da localização geográfica montanhosa dessas comunidades, tem se esforçado diuturnamente para recuperar o espaço de atuação perdido por ocasião da instalação das UPP, desestabilizando e desarticulando as Forças de Segurança Estaduais, por meio de táticas de guerrilha urbana.

Seguem algumas características semelhantes tanto as facções narcotraficantes, como as Forças Irregulares: o uso da violência extremista; a busca pelo apoio da população e a dependência deste para questões logísticas; e desgastar o inimigo.

É, porém, extremamente importante salientar, a considerável diferença conceitual entre Forças Irregulares e facções narcotraficantes. Enquanto estas visam basicamente o lucro, fazendo uso de métodos que visam o enfraquecimento e desarticulação das Forças de Segurança Estaduais por meio de táticas e técnicas de guerrilha, aquelas visam à tomada de poder por razões político-ideológicas, religiosas ou étnicas, em que o produto final desejado, é a violenta transformação da ordem vigente.

Conforme o exposto, frisamos que as facções narcotraficantes não visam a aniquilação do Estado, mas sim a sua falência, reduzindo a sua eficiência, política e economicamente, desestabilizando as suas estruturas, a fim de garantir o lucro financeiro advindo do tráfico de drogas.

A fim de contribuir para o incremento na mentalidade da sociedade com relação a importância da atuação das Forças Armadas em atividades de GLO, quando as Forças de Segurança Estaduais perdem efetivamente o controle sobre a sua própria segurança, fruto de alto nível de desordem pública, este estudo de caso tem por propósito, responder ao seguinte questionamento: a Operação São Francisco, responsável pela pacificação do complexo da Maré, foi eficaz na conquista do apoio da população?

Para o atingimento de tal propósito, o presente estudo de caso está estruturado em sete capítulos.

No segundo capítulo será realizado um breve histórico sobre as origens e a ocupação em si do complexo da Maré, a fim de introduzir o leitor no contexto econômico, social e cultural da parcela da população que habita naquele bairro.

No terceiro capítulo será realizada uma fundamentação teórica a luz da perspectiva do General de Brigada Escoto, tem como base a sua larga experiência em conflitos irregulares ao redor do mundo, bem como por ter sido o Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista, que foi a base da Força de Pacificação da Maré. Suas experiências o fizeram considerar as facções criminosas brasileiras como Forças Irregulares, por atuarem com as mesmas técnicas.

No quarto capítulo conduziremos uma análise detalhada das principais facções criminosas atuantes no Rio de Janeiro. Essa análise é importante para entender o nível de proximidade dos grupos narcotraficantes em relação à população, bem como suas origens e como foram forjados ao longo do tempo.

No quinto capítulo, introduziremos um breve histórico sobre o amparo legal que permitiu as Forças Armadas, por meio da Operação São Francisco, efetivamente conduzirem as ações de pacificação e restauração da lei e da ordem, com o foco na conquista do apoio da população.

No sexto capítulo, a despeito da complexidade que foi a operação em termos logísticos e operacionais, apresentaremos algumas informações a respeito do planejamento, do preparo, emprego, estrutura, material e doutrina, fatores determinantes para o sucesso do que foi a maior Operação de Pacificação sofrida pelo Estado do Rio de Janeiro.

Finalmente, o sétimo capítulo apresentará uma breve conclusão referente ao estudo de caso em lide, em que a conquista do apoio da população foi o centro de gravidade da operação no Complexo da Maré. Foi realizada através de diversos dispositivos que serão apresentados ao longo deste trabalho, uma reaproximação da comunidade com as Forças de Segurança, tentando mitigar a ausência do Estado.

Como mencionado anteriormente, apresentaremos a seguir, um breve histórico sobre as origens e a ocupação do território onde se localiza o bairro da Maré.

2 A MARÉ: UM BREVE HISTÓRICO

No presente capítulo, faremos um breve histórico sobre o bairro Maré, em que serão apontados a sua localização geográfica no Rio de Janeiro, a história da sua formação, alguns aspectos relacionados à sua herança cultural e colonial, bem como alguns fatores determinantes da maximização da sua ocupação em determinados períodos.

Esse resumo histórico servirá de arcabouço para as questões psicossociais afetas a população, que serão apresentadas ao longo do trabalho. Veremos que a população foi altamente adaptável às condições precárias devidas a ausência do poder estatal, durante vários anos, tendo em vista os desafios sofridos, incluindo desocupações e reocupações a sabor da maré de determinados governos, em função de políticas públicas, por vezes controversas.

Como veremos a seguir, a região em análise, passou por diversas transformações, fases e momentos históricos, gerando um povo aguerrido e sempre ávido por mudanças e melhorias, de forma que se apresenta como uma massa a ser conquistada.

Inicialmente apresentaremos dois mapas, a fim de mostrarmos geograficamente a localização da região da maré, como uma forma de elucidar as informações que serão apresentadas. No mapa constante da figura 1, podemos ter uma ideia da localização da região da Maré em relação ao município do Rio de Janeiro, e no mapa constante da figura 2, podemos visualizar as comunidades que constituem a Maré atualmente. Faremos adicionalmente um breve histórico sobre a formação do complexo da Maré, que de forma nenhuma ousa esgotar algo que é tão complexo, e que herdou políticas públicas tão distintas ao longo dos anos, como será mostrado adiante.

Ao buscarmos material a respeito do arcabouço histórico referente as comunidades da Maré, enfrentamos a triste constatação de que muito pouco existe a respeito de uma localidade tão antiga, e tão viva, dentro do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2012).

Muito do que existe faz parte da memória daqueles que, por vezes, foram os primeiros moradores daquela região, antes desabitada no período pré-colonial.

Tal dificuldade também é respaldada, conforme relato de Oliveira (2003):

“Muito pouco da história da formação do bairro Maré foi escrito, e o pouco do que se dispõe a respeito do assunto, pode ser encontrado em fragmentos dispersos em documentos oficiais e livros que tratam da história geral da cidade do Rio de Janeiro e de seus bairros. No entanto, graças à ação militante de alguns indivíduos da Maré, em especial as pessoas ligadas ao Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, estes dados vêm sendo reunidos, ajudando a construir um histórico mais denso e substancial sobre as ocupações e transformações urbanas do bairro”(OLIVEIRA, 2003, p. 33).

Ainda conforme Araújo (2012), o bairro Maré, criado em janeiro de 1994, encontra-se à margem da Baía de Guanabara, entre as principais vias expressas da cidade do Rio de Janeiro: as linhas Amarela e Vermelha, e a Avenida Brasil. O bairro em lide é uma aglomeração de 15 favelas na Zona Norte do Rio, e o maior complexo de favelas¹ da cidade. Seguem as comunidades, na sequência em que aparece na figura 2: Praia de Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiro, Vila dos Pinheiros, Novo Pinheiro (popularmente chamado de Salsa e Merengue), Vila do João e Conjunto Esperança.

Na era pré-colonial, essa região era um lugar de quietude e tranquilidade. Um verdadeiro complexo de ilhas, que foram lar de pescadores e coletores, milênios atrás. Várias tribos ocuparam essas ilhas, entre elas as “tupi-guaranis” (MARIJSSE, 2016).

Historicamente, a região recebeu essa denominação por causa das praias e mangues que dominavam a sua paisagem, por volta do período colonial, momento em que existia uma forte atividade econômica, decorrente da existência de portos e do fomento a exportação de

1 Favelas: é um assentamento urbano informal densamente povoado, caracterizado por moradias precárias e miséria.

cana-de-açúcar. Porém, com a decadência dos portos e da economia açucareira, por volta do final do século XIX, percebemos uma redução populacional na região (AMADOR, 2015).

Ainda, de acordo com Marijsse (2016), por ocasião da primeira metade do século 20, durante a gestão do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), existia o interesse estatal na implementação de projetos industriais, que com a criação da Avenida Brasil, possibilitou a criação de uma grandiosa zona industrial, atraindo trabalhadores de diversas regiões para ocuparem aquele local.

A ocupação populacional efetivamente passou a se dar de forma mais efetiva a partir de 1940, com a construção da variante Rio-Petrópolis, atual Avenida Brasil. De fato, a obra oferecia atrativos de trabalho na construção civil, o que nos faz entender o grande surto populacional na região. Esse vasto esforço trouxe muitos projetos industriais para a região, criando uma zona industrial, oferecendo sólidas condições para as pessoas se mudarem e habitarem a área (VIEIRA, 2008).

Grande parte dos projetos relacionados ao crescimento industrial do Rio de Janeiro ocorreram em um momento de seca no nordeste, que veio a estimular um crescente êxodo rural, para o Rio de Janeiro e São Paulo, ocasionando uma procura por favelas, tendo em vista que a cidade não tinha condições de absorver tamanha massa populacional advinda das áreas rurais.

As comunidades se expandiram rapidamente durante os anos 50 e 60, com mais e mais palafitas ocupando bancos de areia e áreas rasas.

Como mais uma vez, nos relembra Marijsse (2016):

“Durante o regime militar dos anos 60, sob autoridade do governador Carlos Lacerda (1961-1964), um grande projeto de modernização varreu a cidade. Túneis, viadutos e parques, concentrados na Zona Sul, inauguraram a nova imagem do cartão-postal do Rio de Janeiro. Muitas favelas da Zona Sul passaram por remoções,

com moradores se mudando para outras áreas mais pobres e remotas, como a Maré”(MARIJSSE, 2016, p. 7, tradução nossa).²

Como podemos perceber, a região passou a ser alvo da incompetência dos gestores públicos que viam na região, apesar da total falta de infraestrutura, o local ideal para assentamento de famílias removidas de vários pontos da cidade. A comunidade de Nova Holanda, por exemplo, surgiu do Centro de Habitação Provisória, criado para abrigar de forma temporária, famílias removidas de outras comunidades. O que era para ser temporário, estendeu-se na direção da Baía de Guanabara e do canal do Cunha, dando origem a uma das maiores comunidades do complexo.

Em 1979, o Projeto Rio foi implementado pelo Banco Nacional da Habitação. Esse projeto vislumbrou a criação de outro aterro na região da Baía de Guanabara. Dessa vez, o foco era nas comunidades da Maré. A proposta do projeto continha a remoção das favelas e a importação de um modo de vida moderno e melhor. As palafitas foram removidas, porém não conseguiu impedir o crescimento das favelas (VIEIRA, 2008).

A remoção de famílias de forma desordenada para a comunidade continuou nas décadas de 80 e 90 dando origem às comunidades da Vila do João, Nova Maré, Ribeiro Dantas e Roquete Pinto. A última comunidade a se formar neste imenso complexo foi a de Salsa e Merengue, também fruto de uma remoção no ano 2000. Ao mesmo tempo em que realizava a remoção de famílias para a região, o poder público tentava removê-las de outras localidades. O medo das constantes remoções e a violência daqueles que reprimiam as suas obras e destruíam seus barracos fazia parte do dia a dia dos moradores (ARAÚJO, 2012).

Entendemos que o crescimento desordenado, aliado ao aumento desenfreado da população e a falta de investimentos em cidadania e educação, tornaram este imenso

² Original em Inglês: During the 60s' military regime, under the authority of governor Carlos Lacerda (1961-1964), a grand modernization project swept through the city. Tunnels, viaducts and parks, concentrated in the South Zone, inaugurated the new postcard image of Rio de Janeiro. Many favelas in the South Zone underwent forced evictions, with residents moving to poorer and more remote areas like Maré.

complexo em um ambiente adequado para as ações do crime organizado. A malha urbana de traçado irregular, labiríntica, com vários becos sem saída, onde grande parte das ruas acompanhava as curvas de nível do terreno, garantia e continua a garantir aos criminosos, abrigo e segurança para realizarem suas ações e um privilégio tático no enfrentamento com as forças de segurança pública.

Diante do que foi exposto acima, percebemos a existência de uma população extremamente fragilizada, devido ao não suprimento das condições mínimas de segurança e de habitabilidade. Existem diversas outras carências que se potencializaram ao longo de várias décadas, entre elas de saúde, infraestrutura, higiene, e que devido ao vácuo de poder deixado pelo Estado, às facções narcotraficantes atuantes, tem tentado suprir, realizando aos poucos a conquista da população.

Relembramos que as facções narcotraficantes atuantes no Estado do Rio de Janeiro estão sendo consideradas como Forças Irregulares para efeito desse estudo de caso, de acordo com o paralelo de semelhanças traçado, a despeito de todas as diferenças constantes na introdução, e conforme será mais elucidado no capítulo três.

Eis a tarefa do Estado à época. Permitir as condições mínimas para a instalação das UPP, ao mesmo tempo em que se tentou através de diversos canais, trazer a população para junto das Forças de Segurança Estatais.

No próximo capítulo, faremos um breve estudo sobre a perspectiva que faz com que consideremos as facções narcotraficantes atuantes no Rio de Janeiro como Forças Irregulares de violência extremista, a partir da experiência de campo do General de Brigada Escoto, Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista da Força de Pacificação na Maré.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente capítulo vamos apresentar uma perspectiva, contendo as considerações do General de Brigada Escoto, Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista, que foi a base da Força de Pacificação da Maré, no período compreendido entre 05 de abril de 2014 a 30 de junho de 2015.

O General Escoto foi o autor de um artigo profissional na Revista “Doutrina Militar Terrestre”, chamado: GUERRA IRREGULAR - A Brigada de Infantaria Paraquedista como Força de Pacificação no Complexo da Maré”. No respectivo artigo, ele faz um paralelo, em que considera as facções narcotraficantes atuantes no estado do Rio de Janeiro como Forças Irregulares.

Fazendo um breve histórico sobre o General Escoto, o mesmo graduou-se como Oficial de Infantaria na Academia Militar das Agulhas Negras em 1982. Possui diversos cursos na carreira, entre eles: forças especiais, paraquedista, mestre de salto, salto livre etc. Dentre as funções que exerceu, além do cargo de Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista por ocasião da Pacificação da Maré, podemos citar: assessor de operações especiais no Paraguai e observador militar da missão de paz no Haiti.

Partindo para a perspectiva escolhida, e conforme observado por Escoto (2015):

“A violência extremista é o resultado de crenças e ações de indivíduos ou grupos que empregam a violência para a consecução de objetivos de natureza política, ideológica, social, étnica ou religiosa. Inclui a insurgência, a subversão, o terrorismo e outras formas de violência comum. As forças irregulares constituem o braço armado desses grupos que recorrem à guerra irregular para alcançar seus objetivos” (ESCOTO, 2015, p. 6).

Escoto (2015) faz acima uma definição do que é violência extremista, ao mesmo tempo em que também faz uma associação entre os grupos que são autores desse tipo de violência e as Forças Irregulares, reforçando que essas forças, constituem o braço armado desses grupos. Esses grupos extremistas recorrem à Guerra Irregular para a satisfação dos

seus objetivos. É nesse gancho que podemos incluir o objetivo financeiro, não citado anteriormente, como sendo o objetivo base e talvez o único das facções narcotraficantes, que segundo Escoto (2015), como veremos a seguir, também são Forças Irregulares.

Escoto (2015) em seu artigo também cita um comentário do General de Brigada Pinheiro, autor do livro “A luta do Brasil contra guerrilhas urbanas criminosas”, conforme abaixo, reforçando a associação entre os narcotraficantes e as Forças Irregulares:

“Outro forte indício da associação do crime organizado e do narcotráfico com grupos de violência extremista é que, em abril de 2001, o traficante Luiz Fernando da Costa, mais conhecido como Fernandinho Beira-Mar, líder do Comando Vermelho, foi preso na Colômbia onde, segundo investigações, negociava a troca de armas por cocaína com guerrilheiros das FARC” (PINHEIRO, 2009, p. 17).

Conforme vimos acima, a perspectiva do General Escoto (2015) é de que existe uma associação clara entre o narcotráfico e as Forças Irregulares, que usam a violência extremista para atingir os seus objetivos. Essa associação vai nortear o nosso estudo de caso, a respeito do planejamento da operação e da conquista do apoio da população, a fim de atender ao propósito descrito na introdução.

Entendemos, portanto, à luz de Escoto (2015), que embora as facções narcotraficantes não possuam motivações político-ideológicas, somos convidados a acreditar que elas atuam com as mesmas técnicas de guerrilha.

No próximo capítulo, faremos um breve estudo sobre o conceito de Guerra Irregular, e uma análise histórica das facções narcotraficantes atuantes no estado do Rio de Janeiro que possuem influência sobre a região da Maré.

4 A GUERRA IRREGULAR E O NARCOTRÁFICO NO RIO DE JANEIRO

Conforme mencionado anteriormente, no presente capítulo faremos um breve estudo sobre o conceito de Guerra Irregular, bem como conduziremos uma análise histórica das facções narcotraficantes atuantes no Rio de Janeiro, que, de fato, possuem influência sobre a região da Maré, para entendermos o que ocorreu em 2014, por ocasião do emprego das Forças Armadas em GLO.

A Guerra Irregular é a forma mais antiga de se combater, sendo encarada por especialistas no assunto, como sendo a mais usual, devendo predominar sobre todos os outros métodos de beligerância tradicionais.

Desde o fim da Segunda Grande Guerra (1939-1945), ocorreram mais de oitenta conflitos dessa natureza, ocorrendo casos de vitória dos insurgentes e casos de derrota. Percebemos ainda, que a resoluta insistência por padrões cartesianos de nada servem onde os fatores de ordem cultural e psicológica ganham mais força em detrimento do poder de combate propriamente dito (VISACRO, 2009).

Ainda conforme Visacro (2009), a Guerra Irregular, frequentemente, se desenvolve sem que seja declarada, reconhecida ou sequer percebida, sendo por vezes, oculta e incompreendida pelo Estado e pela sociedade. Nesse diapasão, compreender a sua natureza e suas peculiaridades é imprescindível para que a sociedade exija, discuta e apoie políticas governamentais de defesa, quase sempre impopulares, dispendiosas e de longo prazo.

Após o breve detalhamento sobre o conceito de Guerra Irregular descrito acima, conduziremos um breve histórico sobre a atuação do narcotráfico no estado do Rio de Janeiro, seguido de um resumo sobre as principais facções criminosas atuantes no período constante do estudo de caso.

4.1 O Narcotráfico no estado do Rio de Janeiro

Abordaremos, a seguir, breves comentários sobre a situação do estado do Rio de Janeiro frente ao narcotráfico, com o foco no tempo e espaço, dos objetos de nosso estudo de caso. Partindo do pressuposto constante nos capítulos anteriores, consideraremos as facções narcotraficantes atuantes no Rio de Janeiro como Forças Irregulares, tendo em vista o emprego da violência assimétrica para a consecução dos seus objetivos de natureza social e econômica.

Vamos perceber nas próximas linhas, que as facções ligadas ao crime organizado não possuem uma motivação direta em reduzir a eficiência do Estado com o propósito de afetar a estabilidade institucional. Seu objetivo precípua é o lucro financeiro.

Conforme nos orienta Visacro (2009), e particularmente com relação ao estado do Rio de Janeiro, temos percebido, ao longo de décadas, que o poder público não dispõe de políticas e recursos orçamentários que lhe permitam combater efetivamente a violência em sua origem. As forças policiais não conseguem acompanhar a evolução organizacional e tecnológica dos narcotraficantes. A legislação brasileira é inadequada, junto com o atual sistema carcerário.

O crime organizado, particularmente o narcotráfico, possui um segmento que atua ostensivamente nos morros, favelas e periferias desassistidas. Esses grupos contam com apoio interno e externo para suporte logístico, como provisões de armas e munição; atividades de inteligência; obtenção de receita, incluindo práticas comerciais ilícitas. Narcotraficantes também têm operado fora de seus espectros de influência diretos, como, por exemplo: incursões armadas; emboscadas; controle da população; justiçamentos³; demonstração de força; atentados terroristas e distúrbios civis (VISACRO, 2009).

³ Justiçamentos: é a prática de julgamento informal e criminoso de pessoas consideradas traidoras de um sistema.

Particularmente em abril de 2014, após diversos ataques às UPP, e em decorrência de uma solicitação do Estado do Rio de Janeiro, as Forças Armadas foram empregadas para pacificação do complexo da Maré.

Conforme o exposto, podemos perceber os graves problemas de segurança pública enfrentados pelo Estado do Rio de Janeiro frente às Forças Irregulares Narcotraficantes. Tais problemas remontam aos anos 80, fruto da convivência no presídio de Ilha Grande, de presos políticos terroristas em conjunto com criminosos de alta periculosidade. Os presos foragidos de Ilha Grande passaram inicialmente a se especializar em assaltos a bancos e joalherias, a partir dos ensinamentos obtidos no contato com terroristas (VISACRO, 2009).

Esses criminosos passariam a ocupar as diversas favelas do Rio de Janeiro dando origem as primeiras facções narcotraficantes, que viram nas drogas, um mercado em expansão, e muito maior que o de assaltos a bancos e lojas em geral.

Porém, os graves problemas enfrentados pelo estado do Rio de Janeiro possuem a sua origem não apenas na formação das facções narcotraficantes conforme citado acima, mas na história da formação do estado como um todo, e particularmente com relação à formação do bairro da Maré, conforme já estudado no capítulo anterior. A formação da Maré remonta as características da ocupação colonial, as constantes desapropriações e remoções de favelas a partir de políticas públicas, e ao próprio êxodo rural ocorrido ao longo de décadas.

Tais problemas remontam a existência de uma população desassistida pelo Estado ao longo de alguns séculos. Soma-se a esse fato, a questão da geografia montanhosa local, que propicia verdadeiros redutos e esconderijos, onde o poder público não consegue ser presente de forma diuturna e constante, seja para prover segurança, seja para prover serviços básicos de luz, água e recolhimento de lixo.

Esses fatores, aliados ao longo de décadas, geraram todas as condições para que estas facções narcotraficantes encontrassem na população local um solo fértil para a consecução

dos seus objetivos financeiros. Por décadas essas facções supriram a ausência do Estado e proporcionaram segurança, pequenos serviços, cobrindo o vácuo deixado pelo Poder Público.

E como veremos a seguir, cada facção procurou manter-se no poder local através de táticas e procedimentos, ao mesmo tempo em que buscaram aumentar a proximidade com a população. Tudo isso para facilitar as suas necessidades logísticas, incrementar o recrutamento de jovens para o narcotráfico, e gerar códigos de ética e conduta nas comunidades, a fim de efetivamente deixarem a sua marca na comunidade local, e se tornarem espelhos para os jovens e adultos, ocupando definitivamente o espaço deixado pelo Estado.

A seguir teceremos um breve resumo sobre as facções criminosas narcotraficantes presentes no Rio de Janeiro que possuem zona de influência sobre a região da Maré, que é área foco do nosso estudo de caso.

4.2 Principais facções criminosas no Rio de Janeiro

Conforme veremos a seguir, são várias as facções que exercem controle hoje sobre o submundo do crime organizado no Rio de Janeiro. Conforme Escoto (2015), teceremos breves comentários sobre as 3 facções criminosas rivais que dominaram sobre o complexo da Maré no período objeto do nosso estudo, e que fizeram uso de táticas e técnicas de procedimentos de grupos de violência extremista para manter o controle sobre a população local.

É importante frisar que este trabalho não tem a intenção de dissecar toda a estrutura das principais facções, mas sim permitir ao leitor conhecer a história de formação, os ideais e alguns princípios culturais de cada uma.

4.2.1 Comando Vermelho

Faremos agora uma breve descrição sobre as origens do Comando Vermelho (CV), como sendo o precursor de todas as outras facções. Algumas outras foram provenientes de dentro das suas fileiras, outras de suas raízes ideológicas, enquanto outras foram criadas a partir de seus dissidentes, ou por outros grupos criados para se opor aos seus domínios e campos de atuação, devido a constante disputa por territórios de influência.

O CV surgiu, inicialmente, com o nome de FALANGE VERMELHA. Adveio da convivência de internos comuns com os presos políticos da ex-penitenciária Cândido Mendes, na Ilha Grande/RJ. A disseminação de ideias e conceitos políticos durante essa convivência fez nascer a facção, que, de início, era formada por quadrilhas especializadas em roubos a bancos. Seus componentes pregam a união e o respeito mútuo e têm como lema principal a expressão “PAZ, JUSTIÇA e LIBERDADE” (P JL), utilizada, no mais das vezes, ao final de suas correspondências (RODRIGUES, 2012).

E conforme mencionado por Martins (2008):

“O domínio do CV se alastrou e atualmente se estende à grande maioria das favelas do Estado do Rio de Janeiro. Foram seus principais fundadores WILLIAN DA SILVA LIMA, conhecido como “Professor”, PAULO CÉSAR CHAVES, conhecido como 'PC branco”, e EUCANÃ DE AZEVEDO, vulgo “Cana”. Os integrantes do CV procuram controlar o crime organizado até mesmo de dentro das prisões de mais alta segurança, de onde buscam expandir sua área de domínio, determinado inclusive ataques a redutos de facções rivais. Exerce sobejamente o maior domínio entre as organizações criminosas do Rio de Janeiro, abarcando uma gama imensa de localidades”(MARTINS, 2008, p. 23).

Conforme visto , percebemos o quão audaciosos eram os membros do CV, a ponto de tentarem controlar o crime organizado de dentro das prisões, e ao mesmo tempo dominar sobre outras facções criminosas. Como foi a facção pioneira em termos de especialização das

suas atividades, tendo em vista os contatos com os guerrilheiros dentro da ex-penitenciária Cândido Mendes, serviu de inspiração para quase todas as outras que vieram após ela.

Como pioneira dentro do Rio de Janeiro, e do Brasil, ela exerceu bastante influência, principalmente sobre a Maré, nossa região de estudo em questão. Seus primeiros membros fizeram nome em meio às comunidades, conquistando o respeito e a admiração de uma parcela de jovens, que viam nas suas fileiras, uma forma de mudar de vida.

A seguir, teceremos algumas informações sobre a segunda facção criminosa de grande influência na região, a chamada Terceiro Comando Puro (TCP), que atuou fortemente na Maré, oferecendo grande resistência à ação das Forças de Segurança.

4.2.2 Terceiro Comando Puro

Por ocasião da entrada das Forças de Pacificação em 2014, foi uma das que ofereceu maior resistência e sendo também a que mais disputava influência com outras naquele local, conforme será descrito ao longo deste estudo de caso (ESCOTO, 2015).

O TCP tornou-se uma organização criminosa em 2002. Teve sua origem no Complexo da Maré, a partir de uma dissidência do Terceiro Comando (TC), liderada pelo traficante Ney da Conceição Cruz, o chamado “Facção”, que, como muitos outros integrantes do TC, não aceitou a aliança e fusão com a facção Amigos dos Amigos (ADA). Com isso, houve uma migração de parte dos traficantes do TC para a ADA e outra parte dissidente formou o TCP (MARTINS, 2008).

Ainda conforme Martins (2008),

“Durante a maior parte do ano de 2002, o TCP permaneceu como uma facção menor, de pouco potencial ofensivo, mas, depois de setembro daquele ano, quando o traficante “Fernandinho Beira-Mar” liderou uma revolta no Presídio Bangu I, matando alguns rivais (entre eles “Uê, conforme já exposto anteriormente), houve uma ruptura na aliança entre o TC e a ADA e os integrantes do antigo TC. Estes ou

passaram definitivamente para o lado da ADA ou migraram para o Terceiro Comando Puro, robustecendo muito esta última facção criminosa“ (MARTINS, 2008, p. 28).

Partindo da Maré, o TCP estendeu sua área de influência para vários pontos de venda nas Zonas Norte e Oeste, mas especificamente no bairro de Senador Camará, tendo pouca expressão no Centro e na Zona Sul do Rio. A partir de 2005, porém, começou, como outras facções, a sofrer baixas com a ação das milícias. Em 2006 e 2007 acentuou-se a queda nas vendas de drogas pela ação das milícias, o que fez o TCP investir em shows e bailes para, por via oblíqua, aumentar o lucro nas bocas de fumo, conforme corrobora Martins.

A seguir faremos um breve estudo sobre as Milícias, a terceira facção criminoso bastante presente na Maré, e que de acordo com o citado no parágrafo anterior, passou a disputar o comércio de drogas com o TCP.

4.2.3 Milícias

Faremos a seguir um breve detalhamento sobre a origem das milícias, que conforme citado anteriormente, aproximadamente a partir de 2005 passaram a reduzir o poder das facções narcotraficantes, usurpando delas o mercado de venda de drogas, bem como assumindo diversas outras formas de renda não exploradas pelas facções presentes.

Conforme veremos a seguir, a luz de Martins (2008), as milícias formam hoje a vertente mais perigosa do crime organizado na cidade do Rio de Janeiro. São grupos formados por policiais, bombeiros e outros servidores públicos, ou seja, tendo entre os seus membros, pessoas conhecedoras da máquina pública.

Nos anos 80, alguns comerciantes da zona Oeste de Rio, mas precisamente do bairro Rio das Pedras, se organizaram e passaram a pagar policiais para que garantissem a proteção

da comunidade e do comércio local contra criminosos, inibindo pequenos furtos e abusos em geral. Eis a origem dos milicianos, que passaram a oferecer alguns serviços como veremos a seguir. Porém, só passaram a ser chamados por esse nome a partir do final de 2006 (MARTINS, 2008).

Segundo Martins (2008), segue o portfólio de serviços oferecidos por esses milicianos:

“Com o aumento da violência na cidade, a partir de meados da primeira década deste século, percebemos que esses grupos começaram a oferecer seus serviços em outras localidades da cidade, o fazendo também no “asfalto” (como são chamadas as áreas que não são favelas). Assim é que, em outras áreas, os milicianos entraram expulsando traficantes para depois começar a cobrar pela proteção. As “taxas” pelos serviços de segurança oferecidos variavam entre R\$ 5,00 (cinco reais) e R\$ 20,00 (vinte reais), chegando a R\$ 40,00 (quarenta reais) em comunidades mais carentes” (MARTINS, 2008, p. 57).

Segundo comentários de especialistas em segurança pública, veiculados nas mais diversos canais abertos de circulação, as milícias, na verdade, constituem um problema potencialmente mais grave que o tráfico de drogas, pois maximizaram a capacidade do crime organizado no Poder Público, inclusive através da política. Com efeito, investigações apontam para diversos políticos do estado do Rio de Janeiro, como notórios milicianos, conforme divulgado recentemente pelas mídias de massa (MARTINS, 2008).

Martins (2008) e Escoto(2015) mencionam que os milicianos também se dividem em outras sub-facções, semelhante as facções criminosas narcotraficantes, embora não haja registro de conflitos irregulares e assimétricos entre as milícias. A mais conhecida dessas facções é a denominada “LIGA DA JUSTIÇA”, que tem como símbolo o escudo do *Batman*⁴.

Sabemos que em sua maioria potencializam as injustiças por meio de uma capa de falsa bondade, conquistando por vezes, o apoio da população carente, que não tem a quem recorrer, para resolver os seus problemas mais simples, devido à ausência do poder público em geral, em todos os níveis.

4 *Batman*: conhecido personagem fictício de seriado de TV que atua como herói no combate ao crime organizado.

Percebemos também nos dias atuais, que as milícias se robusteceram a tal ponto, que diferente do seu momento inicial, em que eram formadas por bombeiros e policiais da ativa e da reserva, hoje possuem integrantes de cargos públicos de diversos níveis. Essa junção torna difícil separar milicianos de agentes públicos, tamanho o envolvimento em fraudes e escândalos, noticiados nos principais jornais de circulação estadual e federal. É um câncer a ser tratado pelo poder público (MARTINS, 2008).

Conforme exposto acima, vemos que a região da Maré sofreu a influência de várias Forças Irregulares narcotraficantes, influenciando os seus modos de vida, de pensar, de agir e acima de tudo, da atitude local em aceitar essa situação precária e penosa, em função também, da ausência do poder público.

Após o breve detalhamento acima, sobre as facções atuantes no estado do Rio de Janeiro, e a sua aproximação com o conceito de Forças Irregulares, a partir do próximo capítulo trataremos sobre a base legal para a Pacificação da Maré em si. Trataremos também a respeito do planejamento, preparo e emprego das Forças Armadas nas ações de GLO em 2014, em parceria com as Forças de Segurança Estaduais, que possibilitou as condições mínimas para a ocupação das UPP pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com o foco na conquista do apoio da população, conforme frisado anteriormente.

5 PACIFICAÇÃO DO COMPLEXO DA MARÉ E BASE LEGAL

Após uma breve juntada de informações sobre o arcabouço histórico de formação da Maré, bem como sobre as Forças Irregulares atuantes na Maré, teceremos agora algumas informações sobre o amparo legal que possibilitou o emprego das Forças Armadas em GLO no apoio as Forças de Segurança do estado do Rio de Janeiro. Ao todo, a operação contou com militares do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e da 21^a Delegacia Policial, conforme veremos nas próximas linhas.

Conforme informações do Comando do Exército (2015), à época:

“Em abril de 2014, atendendo a solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Presidência da República autorizou o emprego de tropas do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil no Complexo da Maré, com a finalidade de cooperar no processo de pacificação daquela área. Em decorrência, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça firmaram um acordo no qual as partes se comprometeram, com base em uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), de acordo com a Diretriz Ministerial n^o 9, a empregar, no Complexo da Maré, os meios necessários para a prestação de segurança e serviços em benefício da população” (BRASIL, 2015, p. 1).

Em complemento ao exposto acima, teve início no dia 5 do mês de abril de 2014 a Operação São Francisco, coordenada pelo Comando Militar do Leste (CML). A Força de Pacificação passou a atuar nas 15 comunidades do complexo da Maré, as quais comentamos no capítulo 2 deste trabalho. O objetivo da Pacificação foi a criação de condições mínimas necessárias para a instalação das UPP.

Conforme veiculado nas principais mídias sociais e grandes jornais de circulação estaduais e federais à época, a operação foi batizada de “Operação São Francisco”, trazendo todos os holofotes para o estado do Rio de Janeiro. Foi denominada “São Francisco” porque o objetivo era levar a paz àquela região da cidade, e São Francisco foi um mensageiro da paz.

Ainda conforme informações do Comando do Exército:

“Em linhas gerais, a Operação teve por finalidade a preservação da ordem pública, e a incolumidade das pessoas e do patrimônio nas comunidades do Complexo da Maré, contribuindo para o restabelecimento da paz social nessa região. A missão incluiu atividades de patrulhamento ostensivo, revistas a veículos e pessoas, realizações de prisões e flagrante, estabelecimento de pontos de bloqueio e o cumprimento de mandados de busca e apreensão na área de operações” (BRASIL, 2015, p. 1).

Foi um trabalho árduo e diuturno, exigindo dedicação exclusiva à segurança da população na promoção da tão almejada paz social. Conforme visto, percebemos que a missão não focou apenas nas condições mínimas para a instalação das UPP, mas incorreu numa tentativa de mudança de mentalidade social, firmada na valorização da vida, do patrimônio e da paz, tendo sempre como foco a conquista do apoio da população.

Como veremos nas próximas linhas, todas as medidas, diretas e indiretas, tomadas pelas Forças teve como foco a conquista do apoio da população, o centro de gravidade da operação, conforme será bem explorado nos próximos capítulos.

Percebemos também que houve uma evolução das questões jurídicas, na medida em que houve cumprimentos de mandados de busca e apreensão na área de operações, com mais celeridade do que o normal, além das prisões em flagrante (ESCOTO, 2015).

O espírito da operação não foi somente criar as condições mínimas para a instalação das UPP, mas também gerar uma mudança de mentalidade local. A meta foi trazer a população para mais perto do Estado, criando laços de confiança e cumplicidade, fazendo com que os jovens pudessem se espelhar na conduta dos diversos militares atuantes ao longo de todo o período, a fim de criar a consciência de que o crime não compensa, e de que as facções usavam e continuam usando os jovens de maneira fria e cruel, retirando destes a oportunidade de efetivamente mudarem de vida, se tornando cidadãos de bem, e modelo mais os mais novos.

Porém sabemos que esse processo de conquista da população precisa ser gradual e contínuo, e foi o que se tentou fazer nesse curto período, reduzindo a distância sofrida pelas

comunidades locais com relação ao Estado. A Pacificação veio como um remédio para tentar romper com o curso normal da degradação das condições de vida e segurança dos ocupantes daquelas comunidades.

É certo que não foi um trabalho perfeito e nem conclusivo, mas criou as raízes para reduzir a sensação de insegurança criada por essas facções, que ao longo de anos e anos geraram sentimentos de opressão e medo.

A Conquista da população foi o centro de gravidade da operação, conforme estudaremos mais adiante. Foi feita por meio de um convívio diário entre todas as partes, por meio do respeito, por meio da efetiva presença do Estado, ausente durante anos e anos da cena de ação. E vários instrumentos foram utilizados, como veremos mais para frente, entre elas: o Disque Pacificação; e as reuniões diárias do Alto Comando da Força de Pacificação com os representantes de fato de cada comunidade.

No próximo capítulo, começaremos a entrar no âmago da operação em si, onde estudaremos o planejamento e emprego das forças, juntamente com o processo de conquista psicológica da população local, processo esse estudado apenas para aquele período em questão, que é o foco do nosso estudo de caso.

6 O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO

No presente capítulo entraremos em detalhes de como foi a operação em si, em termos de planejamento, controle, emprego de meios e aspectos cívico-sociais. Para melhor compreensão do leitor, os assuntos foram esmiuçados de forma detalhada, possibilitando maior compreensão do tema em lide, que é demasiadamente complexo.

A seguir, analisaremos um pouco do planejamento referente à pacificação do complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, apresentando as principais lições apreendidas. Vamos examinar, ainda, seus reflexos para as organizações, adestramento e outros, com o foco na conquista do apoio da população.

6.1 A Fase de Planejamento

Como é de conhecimento da maioria dos militares e de certa forma de civis que trabalham em Organizações Militares, temos de maneira bem presente o seguinte lema “tempo é o tempo que se tem”, e para essa tarefa, não foi diferente. O período disponível para o planejamento foi muito curto. Entretanto todos os setores envolvidos, entre os principais, os da Marinha do Brasil, por meio dos Fuzileiros Navais, tropa de elite para os assuntos referentes a conflitos irregulares, e do Exército Brasileiro, possuíram e possuem de fato, tanto o carácter expedicionário, como a característica de serem forças de ação rápida, capazes de se mobilizarem rapidamente e prontamente entrarem em combate em menos de 48 horas.

Exatamente devido a essas características, poderemos verificar nas próximas linhas que os principais pontos da comunidade foram ocupados rapidamente, o que possibilitou que pontos de bloqueio pudessem ser montados e as patrulhas tivessem seus trabalhos iniciados,

dando início ao estrangulamento do sistema logístico e operacional das facções instaladas naquelas comunidades.

Grande parte da facilidade encontrada pelas Forças Armadas deve-se a participação em eventos anteriores de grande magnitude, entre outros, a Operação Arcanjo, em que as tropas militares foram empregadas para a pacificação das favelas do Alemão e da Penha, no período compreendido entre 2010 e 2011, e as Operações de Paz no Haiti, eventos que de certa forma forneceram arcabouço estratégico, tático e logístico para as futuras operações que teriam como palco o estado do Rio de Janeiro, unidade da federação que foi aterrorizada por três facções criminosas, dentre as estudadas anteriormente, a saber: CV, TCP e as milícias (ESCOTO, 2015).

Toda ação foi acompanhada e coordenada pelo Centro de Operações do Comando Militar do Leste (CML), localizado a alguns quilômetros do teatro de operações. Ainda conforme informações de Escoto (2015), Comandante da Força de Pacificação:

“A pacificação do complexo da Maré foi planejada e executada com uma operação no amplo espectro, dentro de um ambiente operacional bastante complexo, instável e incerto. O planejamento deu ênfase às operações de inteligência, às operações especiais, às operações de informação, às operações interagências e às operações contra forças irregulares em ambiente urbano” (ESCOTO, 2015, p. 07).

Ainda conforme Pinheiro (2009), a intenção foi explorar ao máximo a inteligência e as operações de informação com o foco na conquista do apoio da comunidade local. Todas as ações foram conduzidas visando reduzir a liberdade de ação dos grupos narcotraficantes e estabelecer um ambiente estável.

Percebemos o quão complexo foi a operação, pois lidar com o ser humano constitui um dos maiores desafios da atualidade. Acreditamos que entender os seus anseios, necessidades, dificuldades e pontos de vista, ou seja, o material humano propriamente dito foi o material que mais ocupou o tempo das tropas especializadas em travar o contato diário com

a comunidade local, sempre necessitada de tantas coisas, dentre elas, a tão sonhada sensação de segurança.

Acreditamos que o que ocorreu na Maré em 2014 e 2015 foi apenas o início de um relacionamento entre o Estado e as comunidades carentes, que se não for continuado e maximizado ao longo das próximas décadas, vai gerar prejuízos sem fim para as próximas gerações, e para a administração pública nas questões de segurança pública.

A seguir, faremos breves comentários sobre a capacitação das forças para atuar no terreno em lide, considerando as fases de emprego e o palco das operações, com o enfoque em contraguerrilha urbana dentro de comunidades cuja geografia se mostrou como o principal fator de fraqueza das tropas.

Conforme mencionado acima, a geografia das comunidades imprime o difícil desafio em realizar a diferenciação entre os componentes das facções criminosas e o restante da população, pois estes também são de fato moradores, usufruindo desta “camuflagem”.

6.2 Capacitação das Forças

Após uma breve explanação sobre o planejamento da operação em si, abordaremos nas próximas linhas sobre o preparo, qualificação e capacitação da tropa. Considerando como tropa, todo o pessoal empregado na operação, envolvendo toda a cadeia logística, de apoio, jurídica e operacional propriamente dita.

Conforme veremos a seguir, não apenas neste, mas em todos os tópicos do presente capítulo, a conquista do apoio da população esteve direta e indiretamente intrínseca, pois toda a preparação e operação em si foram focadas nesta conquista.

Conforme norteado por Escoto (2015), é imperioso que haja um adestramento diuturno, eficiente e eficaz de todas as táticas e procedimentos envolvidos na condução destas operações, que demandam uma mudança de mentalidade das três forças, com relação a preponderância na condução de assuntos civis e de relacionamento direto com a população local. Todo esse esforço se faz necessário, pelo fato de que não é usual para os militares, a condição prévia do trabalho de convencimento da população para o cumprimento de qualquer missão.

Nas próximas linhas faremos uma breve abordagem sobre o emprego de meios durante as operações. Neste emprego estão incluídos tanto os meios materiais, como não materiais, como o emprego de técnicas de convencimento psicológico, na tentativa constante de inculcar na comunidade uma mudança de mentalidade.

Perceberemos que os meios materiais presentes possuíam o foco dual, tanto de combater as Forças Irregulares presentes, como também possibilitar uma demonstração de força do Estado, visando a conquista da confiança da população, conforme veremos a seguir.

6.3 Emprego de meios

Dando continuidade aos assuntos afetos ao planejamento da operação, teceremos abaixo alguns comentários a respeito do emprego de meios utilizados em todas as fases da operação, tanto materiais como psicológicos, como o disque pacificação, este último por exemplo, foi um dos principais meios psicológicos de fazer denuncia, com o sigilo garantido, sendo um dos meios que estimulou a conquista de parte da população local.

Frisamos a conquista de parte da população, pois entendemos que é bem verdade que muitos moradores eram parentes e amigos mais chegados a alguns membros das facções, que

como já mencionamos anteriormente, também eram moradores locais. E tendo em vista essa proximidade de relacionamentos, aliada ao medo de retaliações futuras por parte desses criminosos, uma grande parte da população se manteve aliada a esses narcotraficantes. Porém, o trabalho diuturno das tropas gerou uma lenta e crescente relação de confiança.

Ainda conforme Escoto (2015), nem toda a população confiou e apoiou as F Pac, tendo em vista o terror implantado pelas Forças Irregulares em retaliar aqueles supostos “moradores traidores”, que possivelmente fornecessem informações sobre as facções. Tendo em vista esse clima de terror, é compreensível entendermos o medo da população local, sabedores de que os militares estariam ali temporariamente, e que deixariam as comunidades, após o término do período da operação de pacificação. Mas ainda assim, como veremos a seguir, muitos moradores deram a sua contribuição, devido a presença constante das forças, naquele período em questão, conforme tem sido frisado neste trabalho.

Nem todos os problemas foram resolvidos, pois grande parte da raiz dos problemas está na entrada ilegal de armas e drogas por diversos meios no país, e conforme já mencionado. Porém, houve para aquele período, uma significativa perda da liberdade de ação das organizações criminosas, conforme nos orienta Escoto (2015). O uso ilegal de armas teve uma redução, bem como o comércio ilegal de entorpecentes, afetando diretamente a redução do lucro das facções narcotraficantes.

E, ainda conforme Escoto (2015), e reforçando o citado no início, todas as ações foram facilitadas pelo Disque Pacificação, (21) 3105-9717, que permitiu aos moradores realizarem ligações anônimas. Esse canal que funcionou 24 horas por dia, e sete dias por semana, recebeu inúmeras informações. Além disso, existiu o serviço de ouvidoria, para reclamações, no telefone (21) 3104-4834, de acordo com informações do Comando do Exército (BRASIL, 2015).

Prosseguindo com o nosso estudo de caso, veremos a seguir algumas informações sobre a atividade de Inteligência que permeou a operação. Como perceberemos, esta foi imprescindível para o sucesso e bom andamento de todas as ações, com o foco na conquista do apoio da população.

6.3.1 Busca de Informações

Dando continuidade ao nosso estudo, abordaremos agora algumas considerações sobre a Inteligência empregada, com o enfoque na coleta de informações, considerando tanto o material humano, julgado o mais importante, como o material tecnológico, que foram os diversos tipos de sensores empregados. Toda a atividade de Inteligência teve como foco não apenas o desmantelamento do crime organizado, mas também a conquista do apoio da população, conforme tem sido reforçado ao longo do trabalho.

Para a Guerra Moderna, a Inteligência tem sido considerada uma das ferramentas mais importantes para o ataque “cirúrgico” ao problema, bem como a continuidade do esforço de guerra na direção certa, conforme será comentado nas linhas abaixo.

Mais do que fundamental, conforme veremos a seguir, foi imprescindível o uso de ferramentas de Inteligência para garantir a continuidade e eficácia da operação, pelo fato de que a característica assimétrica do combate irregular faz com que as ações das forças irregulares sejam imprevisíveis e de extrema violência. Portanto conforme veremos abaixo, foi estabelecida uma central de Inteligência pelo EB, e robustecida por células de todas as outras forças envolvidas, militares e civis. Segue abaixo, um argumento defendido por Escoto (2015):

“Foi fundamental a realização de reuniões periódicas do Comando da F Pac com representantes dos órgãos de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do

Estado do Rio de Janeiro, da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Polícia Militar, a fim de estabelecer laços pessoais de confiança mútua e canais técnicos para o compartilhamento, análise e difusão de informações. O planejamento e a condução das operações da F Pac MARÉ foram bastante facilitados, tendo em vista o levantamento estratégico de área elaborado e atualizado em anos anteriores diante da hipótese de emprego naquela A Op. Entretanto, a falta de estudo prévio do terreno humano, em virtude da cultura do combate convencional da inteligência focada no inimigo, teve que ser compensada, após o início das operações, pelas operações de reconhecimento especial” (ESCOTO, 2015, p. 12).

Conforme exposto acima, foi de extrema importância a conquista da confiança da população, de forma a permear um apoio mútuo entre todas as forças e órgãos de segurança pública envolvidos, seja no compartilhamento de informações privilegiadas, seja na continuidade da eficiência e eficácia dos trabalhos conduzidos.

A qualidade do material humano empregado foi de extrema importância, porém teve que se equalizar conhecimentos, definir canais técnicos que permitissem autonomia e celeridade nas informações. Fazer com que todos os setores efetivamente trabalhassem juntos em prol de criar as condições mínimas para a implantação das UPP na Maré.

Focando, porém, no material humano da comunidade, veremos que houve a deficiência da falta do estudo prévio de toda a comunidade envolvida, devido a cultura do combate convencional. Precisou-se estudar efetivamente o terreno humano, seus medos, suas limitações, suas motivações, a cultura da comunidade em si, e não apenas o estudo das forças irregulares. Essa base propiciou a conquista criteriosa de parte da população, que se engajou em apoiar as operações, dando início ao término da cultura do terror, implantado por anos e anos por essas facções narcotraficantes dominantes.

Conforme nos orienta Escoto (2015), as principais informações de inteligência vinham não de cima, mas de baixo, dos escalões inferiores, advindos da própria comunidade, por meio do disque-pacificação e do aplicativo WhatsApp⁵. A população era parcialmente motivada em pôr um fim as chacinas, aos sofrimentos impostos pelas facções por meio de justificações em praça pública etc.

⁵ WhatsApp: é um aplicativo múltiplo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para telefones celulares.

A Inteligência humana (HUMINT) foi de extrema importância, levantando informações valiosas para o planejamento das operações da tropa s conforme Escoto (2015):

“Embora a IMINT e a SIGINT tenham sido devesas importante, não podemos nos esquecer que absolutamente nada substitui a inteligência humana (HUMINT) obtida no contato diário com a população local. Para isso, foi preciso que a população da Maré se sentisse segura o bastante para fornecer informações, sem medo de represálias do tráfico ou das milícias. O ponto chave para isso consistiu em tratar a população local com dignidade e respeito, dentro dos preceitos da lei e dos direitos humanos, com a finalidade de atenuar as reações negativas resultantes das operações de vasculhamento e de busca e apreensão” (ESCOTO, 2015, p 13).

O dia a dia com a população permitiu a construção dos elos de confiança, ocupando pouco a pouco o espaço preenchido pelas facções narcotraficantes. O trato amigável e respeitoso com a população trouxe frutos que se não forem continuados, reduzirão a estaca zero todo o trabalho semeado durante todos os meses da operação.

A sensação de segurança necessária para a conquista da população foi semeada por meio da liderança dos nossos homens, que fazendo uso de aparatos psicológicos e principalmente através de votos de confiança cumpridos e permeados pelos valores das instituições, possibilitaram a aproximação dia após dia, garantindo o cumprimento da missão.

Missão, longe de ter um fim, tendo em vista as dificuldades com a geografia, as carências sociais, e ao crescente aumento do uso de drogas, a que a nossa população está submetida devido à proximidade com os centros produtores nos países vizinhos.

A seguir faremos uma breve explanação sobre os aspectos relacionados a cena de ação com foco nos métodos de infiltração e nas táticas empregadas, visando a conquista do apoio da população.

6.3.2 Cena de ação

Abordaremos agora algumas informações extremamente relevantes sobre a cena de ação, sobre a manobra das tropas em si, bem como características empregadas como surpresa, ofensiva e dissuasão, sempre com foco na população, a fim de buscar o seu apoio, o centro de gravidade da operação.

Conforme a larga experiência do General Escoto (2015), em missões contra Forças Irregulares:

“Nas operações contra forças irregulares, um dos objetivos principais consiste em proporcionar segurança à população para separá-las das forças oponentes e assegurar um ambiente livre da violência e do terror. As pessoas não são o meio de conquistar o objetivo, elas são o objetivo” (ESCOTO, 2015, p. 13).

Bem elucidado acima, foi a preocupação constante em proporcionar sensação de segurança para a população, assegurando um ambiente livre de terror e violência, a fim de dar continuidade ao recebimento das informações privilegiadas, partindo do princípio que as pessoas são o objetivo. A conquista da população foi o estado final desejado durante toda a operação, conforme já citamos nos capítulos anteriores.

Conforme mencionado, outro desafio foi separar as pessoas comuns das Forças Irregulares, tendo em vista que os narcotraficantes também são moradores das comunidades, usando-as como escudo, se escondendo nas casas dos moradores etc. Profissionais bem treinados foram usados para fazer essa diferenciação, tão complexa.

Conforme observamos, houve a preocupação por parte da F Pac em percorrer e preencher todos os espaços possíveis, e de instalar pontos de bloqueio, a fim de que os narcotraficantes não conseguissem se evadir da A Op. A PMERJ foi substituída e a F Pac efetivamente ocupou e iniciou as operações propriamente ditas (ESCOTO, 2015)..

O descontentamento inicial foi driblado com as ações cívico-sociais, conforme será detalhado no próximo capítulo, a fim de desviar o foco das rotinas de patrulhas e inspeções diárias em moradores. De fato a presença constate da tropa, realizando o patrulhamento em sua maioria a “pé” trouxe alguns efeitos imediatos: o efeito dissuasório e a proximidade com a população, gerando um incremento no recebimento dos informes.

Ainda segundo Escoto (2015), esses informes constituíram o clímax do apoio da população (centro de gravidade da operação), pois quanto mais informes eram recebidos, mais limitações e perda de liberdade indo sendo impostas às facções narcotraficantes, de modo a estrangulá-las.

Houve também uma preocupação em evitar o estabelecimento de rotinas, a fim de não causar prejuízos aos princípios da iniciativa e surpresa.

O uso da linguagem educada, o respeito pela dignidade da pessoa humana e o cumprimento da palavra diante da população, permearam o relacionamento dos militares com a comunidade local, que passaram a vê-los como verdadeiros heróis (ESCOTO, 2015).

Ainda assim, é bem sabido que muitos moradores agiam duplamente, apoiando tanto as forças de pacificação, como aos próprios narcotraficantes, devido ao medo deles com a saída futura dos militares da cena de ação. Porém, mesmo diante desta problemática, foram estabelecidos laços de confiança mútuos, visando o bem comum: o fim da violência e do terror no interior das comunidades.

Outro fator importante de mudança foi o início da mudança de atitude dos jovens, que viam inicialmente no tráfico uma forma de ascensão social rápida, passando a refletir, e vendo no rosto estampado dos militares um exemplo a ser seguido num futuro bem próximo.

Todo esse processo não gerou transformações rápidas, mas foi o início de uma correção de rumos para a parcela da sociedade que habita nessas localidades, pois nunca se viu tão de perto a presença das tropas militares, deixando marcas e possíveis mudanças de

mentalidade, principalmente nos jovens, os principais alvos das facções criminosas estudadas até agora.

Dando continuidade ao nosso trabalho, veremos nas próximas linhas um pouco sobre o instrumento, ou melhor, sobre a grande ferramenta que foi um grande facilitadora das ações da F Pac, na medida em que trouxe presença de vários órgãos do Estado, não apenas militares, prestando excelentes serviços para as comunidades, bem como desviando o foco das ações mais ríspidas conduzidas contra as Forças Irregulares presentes.

6.3.3 Ações cívico-sociais

Faremos agora um breve comentário sobre o emprego das ações cívico-sociais, ferramenta usada para gerar proximidade, respeito e confiança frente as carências locais, bem como para se desviar o foco da comunidade com relação a algumas ações conduzidas a luz do dia contra as facções criminosas, a fim de não gerar inimizade e susto na população.

De acordo com informações do Comando do Exército (2015), a Ação Cívico-Social (ACISO) foi uma excelente ferramenta de apoio, para a conquista da população nas operações contra Forças Irregulares conduzidas. Esse tipo de operação requer um planejamento minucioso de forma que os efeitos desejados sejam alcançados, que a repercussão na opinião pública local e regional seja extremamente positiva, que ocorra pelos vetores da mídia uma divulgação posterior atrativa para as Forças Armadas e para que as agências envolvidas também venham a ser atingidas pelos efeitos extremamente positivos da ação.

“Desde o início da operação, a Força de Pacificação percebeu que a segurança pública foi um dos itens que foram perseguidos na restauração da paz social. Em paralelo às ações, foi preciso melhorar a presença do Estado nas diversas áreas de responsabilidade (educação, urbanismo, lazer, criação de empregos, entre outros)” (BRASIL, 2015, p. 3).

Conforme visto acima, diversas medidas foram realizadas visando criar condições para se levar a cidadania para a população local. Podemos citar a parceria com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por meio da Justiça itinerante. Foram realizados diversos serviços: identificação, casamentos, registros, emissão de certidões, entre outros.

Várias medidas simples e concretas exerceram um papel fundamental para trazer a comunidade para perto das F Pac demonstrando uma preocupação real com as pessoas, tais como : recolhimento de lixo, reforma de escolas e melhorias no sistema de esgoto (ESCOTO, 2015).

Ainda conforme informações do Comando do Exército (2015), foram realizados, de modo periódico, encontros com as lideranças comunitárias e organizações não governamentais que desenvolviam atividades na Maré, de modo a identificar e efetivamente resolver as principais demandas da população.

Seguem abaixo algumas informações sobre os legados reais deixados pelos nossos combatentes junto às comunidades carentes do complexo da Maré. Legados esses que ficaram marcados nas mentes das pessoas. Foi uma oportunidade de crescimento para ambos os lados, sendo exemplo para futuras operações contra Forças Irregulares.

6.4 Legados da Operação

Veremos agora alguns detalhes sobre todo o legado deixado pelos nossos combatentes, que por meio de técnicas irregulares, cumpriram a missão de viabilizar as condições mínimas para a instalação das UPP na Maré com bravura, alavancando as condições de cidadania na área.

Percebemos que comunidades como a da Maré, convivem com um alto nível de instabilidade, criada pela ausência de um poder público constituído, onde jovens e até mesmo crianças, são comandados pelo tráfico. Foram 10, 20, 30 anos vivendo sem leis e sem a presença do Estado. E sendo assim, é previsto em ações como esta, uma rejeição inicial, por parte da população, à entrada das forças de segurança e da ordem nas comunidades.

Ainda conforme Escoto (2015), as ações e a proximidade com a população renderam resultados. Com as tensões diminuindo, o comportamento da tropa também mudava. O capacete era substituído pela boina e o uso de blindados tornava-se menos frequente. A população sentiu a mudança. As Forças Armadas apresentaram um alto grau de sensibilidade e empatia com relação a população, que passou a apoiar.

De acordo com informações do Comando do Exército (2015), podemos perceber que as condições mínimas de segurança foram atingidas. Reforçamos que essas condições foram para aquele período, objeto do nosso estudo:

“O êxito da Operação São Francisco esteve em restringir a liberdade de ação das facções criminosas, retirar destas a sensação de impunidade, reduzir seu poder econômico e contribuir para o resgate da confiança da população no processo de pacificação das comunidades do Rio de Janeiro. E esse êxito foi percebido, de forma incontestável, em todos os resultados alcançados pela Força de Pacificação e no apoio recebido da população de bem, ao trabalho realizado” (BRASIL, 2015, p. 4).

Conforme vimos acima e ao longo de todo o capítulo, alguns resultados foram alcançados: a conquista parcial do apoio da população, com o resgate da confiança; a redução da sensação de impunidade; e por fim, a restrição da liberdade de ação das facções, e conseqüentemente dos lucros auferidos com o tráfico de drogas. É claro que tudo isso representou apenas o início de um processo, mas que gerou frutos para as próximas operações irregulares.

Por fim, teremos a seguir uma breve conclusão sobre o estudo de caso realizado. A presente conclusão versará sobre todos os aspectos abordados na condução do nosso estudo, com o foco em responder ao questionamento apresentado na introdução.

7 CONCLUSÃO

O propósito desse estudo de caso foi responder ao seguinte questionamento: a Operação São Francisco, responsável pela pacificação do complexo da Maré, foi eficaz na conquista do apoio da população?

Para atingir esse propósito, o presente estudo de caso foi estruturado em sete capítulos, onde foram estudadas formas de se obter a conquista de parte do apoio da população local por ocasião do planejamento, dos recursos empregados, e das ações, com o foco na cena de ação. Esse empenho e preparação levaram a desarticulação das facções criminosas, gerando um ambiente estável, e criando as condições mínimas de segurança para a instalação de UPP, razão da Pacificação.

A capacidade de conduzir operações contra Forças Irregulares foi o que de fato diferenciou as Forças Armadas das Forças Policiais Estaduais, garantindo o êxito parcial das operações de Pacificação. Dito parcial, pois foi considerado apenas o período e espaço em análise, pois é sabido que a solução final para o problema em depende de políticas públicas a nível estadual e federal, de longo prazo.

Sabemos que embora não haja uma fórmula, o desmantelamento definitivo das condições que favorecem a manutenção da existência das facções narcotraficantes depende de políticas públicas de fomento a educação, de reforma do regimento prisional, do esvaziamento contínuo das comunidades localizadas no alto dos morros, restabelecendo as áreas florestais e impedindo as novas ocupações.

A total desarticulação dessas forças criminosas depende ainda de melhores condições de vida para as populações carentes, a fim de que não sejam aliciadas pelo tráfico de forma tão proeminente. E, por fim, depende de um maior controle na entrada de drogas e afins, pelas

vias marítimas, aéreas e terrestres, a partir de um controle e fiscalização continuados e efetivos.

Retornando ao foco do nosso estudo, evidenciamos que foram empregados todos os recursos disponíveis para a conquista do apoio da população. E, para isso, foram empregados acima de tudo os atributos da confiança, da manutenção da palavra e das ações cívico-sociais, trazendo o foco para as necessidades, carências e direitos de cidadania dos moradores de todo aquele complexo de comunidades.

Esse efetivo apoio da população permitiu a desarticulação das facções, na medida em que as mesmas se escondiam e continuam se escondendo atrás da população, usando-a como escudo ou mesmo como esconderijo, e por vezes, ora se passando por narcotraficantes, ora por moradores locais, sob a alcunha de “trabalhador” ou “pai de família”, termo muito usado pela mídia ideologicamente contrária à atuação das Forças de Segurança, para sensibilizar a massa populacional.

Podemos destacar que a presente operação foi satisfatória, tanto sob o ponto de vista estratégico, como do tático, pois propiciou, para aquele período, objeto do nosso estudo, a efetiva retração de todo um sistema criminoso.

Devido a limitações de tempo e de fontes fidedignas, sugere-se para possíveis estudos futuros, a possibilidade de se mensurar duas coisas: a exata influência que cada uma das três facções mais atuantes na Maré (CV, TCP e milícias) exerceram sobre a população local, visando a conquista do apoio desta; e a medida da resistência destas facções frente as Forças de Pacificação.

E concluindo a presente pesquisa, podemos considerar que a Operação São Francisco, responsável pela pacificação do complexo da Maré, foi eficaz na conquista do apoio da população, através do resgate da confiança, possibilitando o desmantelamento do sistema narcotraficante, para aquele período e local em questão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memória e produção de saberes em espaços educativos não formais. Chapecó: CEOM, Educação Patrimonial, 2012.

AMORIM, Carlos. Comando Vermelho. A história secreta do Crime Organizado. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Records, 1994.

AMADOR, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. Memória e tradição. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa, Comando do Exército. Centro de Comunicação Social. Força de Pacificação. Brasília, 2015. Disponível em < <http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro/nota-a-imprensa-forca-de-pacificacao-f-pac-operacao-sao-francisco>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ESCOTO, Gen Bda Roberto. Guerra Irregular: A Brigada Paraquedista como Força de Pacificação no Complexo da Maré. Doutrina Militar Terrestre em Revista. Estado-Maior do Exército. Doutrina Militar Terrestre em revista. 7.ed. Rio de Janeiro: EME, Jan a Jun 2015.

FRANÇA, Júnia Lessa. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

LEALI, Francisco. Conexão Líbano-Brasil: traficantes ligados ao Hezbollah se associaram à facção que atua em presídios paulistas. Rio de Janeiro: Editora Globo, 09 Nov 2014.

MARIJSSE, Simon. A Dive into History: The Birth and formation of Complexo da Maré. *New York: Politheor, Policy Network, 2016.*

MARTINS, Juiz de Direito Eduardo Gibson. O emprego das Forças Armadas no combate ao crime organizado: Possibilidades, perspectivas e urgência no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ESG, 2008.

OLIVEIRA, Adolfo Samyn Nobre de. Cerzindo a Rede Memória: estudo sobre a construção de identidade no Bairro Maré. Dissertação de Mestrado. Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2003.

PINHEIRO, Gen Bda Álvaro de Souza. As ambiguidades estratégicas da violência extremista e do conflito irregular assimétrico do século 21. Estado-Maior do Exército. Doutrina Militar Terrestre em revista. 3.ed. Rio de Janeiro: EME, Jul a Set 2013.

RODRIGUES, Tiago. Narcotráfico, uma Guerra na Guerra. 2 ed. São Paulo: Editora Desatino, 2012.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. Do engenho à favela, do mar ao chão, memórias da construção do espaço na Maré. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008.

VISACRO. Alessandro. Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

ANEXO A



Figura 1 – Mapa da Área total do município do Rio de Janeiro com destaque para a localização do bairro da Maré.

Fonte: Instituto Pereira Passos – Armazém dos Dados:

HTTP: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm.

Acesso em 15 Abr 2019.

ANEXO B



Figura 2 – Mapa do Bairro da Maré com destaque para 16 comunidades.

Fonte: Luana Caruso Nóbrega - Programa de Desenvolvimento Local da Maré.

Rede de Desenvolvimento da Maré/ REDES HTTP:
<http://www.redesdamare.org.br/projetos/retrato-da-mare/>.

Acesso em 15 Abr 2019.